SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ
Dia a Dia
www.sindbancariospetropolis.com.br
SEJA SÓCIO VOCÊ TAMBÉM
CUT BRASIL CONTRAF
Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto
Telefax: (24) 2242.0673 I 2231.2281 /SindBancariosPetropolis sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XXV n° 6305 – 22 de fevereiro de 2021

Deputado quer incluir BB no pacote de privatizações do governo

O deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) apresentou na Câmara dos Deputados, na quarta-feira (17/02), um Projeto de Lei (PL 461/2021) que altera a Lei 9.491 de 1997 e inclui o Banco do Brasil no Programa Nacional de Desestatização.

"Kataguiri é e sempre foi um instrumento da política privatista dentro do Congresso Nacional e fora dele. Um simples executor e apoiador dos projetos nefastos do governo Bolsonaro e do (ministro da Economia) Paulo Guedes. Um serviçal do mercado. O deputado justifica o projeto alegando que é muito 'simples' privatizar o Banco do Brasil, desconhecendo totalmente sua função pública e os lucros astronômicos produzidos por seus funcionários, que refletem em recursos para a União", observou o secretário de Relações do Trabalho e responsável por acompanhar os projetos de interesse da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) no Congresso Nacional, Jeferson Meira.

O coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga, também se mostrou contrário ao projeto. "Dizer que o Banco do Brasil pode ser privatizado por já ter ações na Bolsa é, no mínimo, falta de conhecimento da importância do banco para a economia do país. Mas, também pode ser que haja interesses diferentes do que o de desenvolvimento social e econômico do Brasil, o que contraria o dever que deveria ter um deputado federal", criticou.

"Por isso, vamos alertar aos funcionários e também toda a sociedade quanto aos riscos que existem caso o projeto seja aprovado. Vamos instruir a todos que se manifeste contra a aprovação", concluiu Fukunaga.

As entidades representativas da categoria bancária estão reforçando a mobilização para defender os bancos públicos. É possível mostrar contrariedade ao PL 461 por meio de enquete no site da Câmara dos Deputados. Acesse aqui: https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2270313 .

Itaú: segunda parcela da PLR só no dia 1º de março

O Itaú confirmou para o próximo dia 1º de março, o pagamento da segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

"A PLR é um importante direito da categoria fruto da mobilização dos bancários e não uma concessão do banco. Em tempos de muitas perdas de direitos dos trabalhadores ante os ataques do governo federal é uma vitória a garantia de nossas conquistas, graças a organização de luta dos sindicatos", explica a diretora do Sindicato do Rio e membro da COE (Comissão de Organização dos Empregados), Maria Izabel.

Como ocorre todos os anos, o Itaú é uma das últimas instituições a creditar a participação nos lucros.

Devido à queda no lucro, o Itaú não pagará 2,2 salários para todos, com teto de R$ 20.528,66. Neste ano, o banco adotou a regra de 5% do lucro para pagar, que corresponde a regra básica de 90% do salário de dezembro de 2020 + valor fixo de R$ 2.529,54, limitado a R$ 13.568, 74, que deverá ser multiplicado por 1,512826. Com isso, vai haver majoração no pagamento. O valor da parcela adicional é de R$ 5.059,08, que será paga no mesmo dia.

PCR - Em setembro o banco Itaú pagou a Participação Complementar dos Resultados (PCR) no valor de R$ 2.943,50. Como a ROE (rentabilidade sobre o patrimônio líquido) do Itaú em 2020 não ultrapassou 23%, não haverá diferença a ser paga agora.